⚠ AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

🎯 POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✕ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SANTA CATARINA - SC

Técnico em Enfermagem

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: OP-067JL-25
7908403577767

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto 7
2. Ortografia; Nova ortografia; Vocabulário 14
3. Usos dos porquês 17
4. Pontuação 18
5. Acentuação gráfica 19
6. Prosódia 20
7. Estrutura e formação de palavras 20
8. Classes gramaticais: classificação, empregos e flexões. Adjetivos eruditos. Adjetivos pátrios. Conjugação verbal; Emprego dos pronomes. Pronomes e formas de tratamento 21
9. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos 28
10. Regência verbal e nominal 31
11. Crase 32
12. Concordância verbal e nominal 33
13. Colocação pronominal 35
14. Níveis de linguagem (ou níveis de fala) 36
15. Funções da Linguagem 37
16. Vícios de linguagem 39
17. Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração. Orações coordenadas. Orações subordinadas 40
18. Estilística: figuras de linguagem 44
19. Literatura Brasileira 48

Legislação

1. Constituição Federal, artigos 1 ao 19,29,30,31,37 e 38 59
2. Lei federal complementar nº 101/2000 - Lei de responsabilidade fiscal 77
3. Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 93
4. Lei Complementar Nº 5/97 Dispõe Sobre O Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município De São Pedro De Alcântar 107

Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem

1. A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS) 131
2. Código de Ética dos profissionais de enfermagem e Lei do exercício profissional 134
3. Política de humanização do SUS 151
4. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais 153
5. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes); Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos 197
6. Saneamento básico 219

7. Educação em saúde 222
8. Conceito e tipo de imunidade; Programa de imunização 223
9. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem 228
10. Procedimentos técnicos de enfermagem 234
11. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental 261
12. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos 281
13. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório 287
14. Assistência de enfermagem em urgência e emergência 303
15. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção 305
16. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material 311
17. Preparação e acompanhamento de exames diagnósticos 319
18. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem 324

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

– Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como "O Bicho", ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

– Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- Leitura Atenta: Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- Identificação de Palavras-Chave: Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- Análise do Título e Subtítulos: Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- Contexto de Produção: Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- Perguntas Norteadoras: Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- Texto Literário: Um poema como "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

— Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de "Dom Casmurro", de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em "O Navio Negreiro", de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como "portanto", "por isso", "assim", "logo" e "no entanto" são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- Texto Literário: No conto "A Cartomante", de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- Texto Não Literário: Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão."

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: "Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global."

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: "Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal."

Exemplo indutivo: "Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular."

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: "Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade."

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: "Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo."

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: "além disso", "também", "ademais".
- Para contrastar ideias: "no entanto", "por outro lado", "todavia".
- Para concluir: "portanto", "assim", "logo".

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance "Capitães da Areia", de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

— Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- Pronomes pessoais: Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- Exemplo: João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGOS 1 AO 19,29,30,31,37 E 38

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República
– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".*

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;
II - a cidadania
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;
II - prevalência dos direitos humanos;
III - autodeterminação dos povos;
IV - não - intervenção;
V - igualdade entre os Estados;
VI - defesa da paz;
VII - solução pacífica dos conflitos;
VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá - los, se omitirem;(Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;
b) perda de bens;
c) multa;
d) prestação social alternativa;
e) suspensão ou interdição de direitos;
XLVII - não haverá penas:
a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
b) de caráter perpétuo;
c) de trabalhos forçados;
d) de banimento;
e) cruéis;
XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;
XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;
LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;
LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;(Regulamento)
LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;
LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo - lhe assegurada a assistência da família e de advogado;
LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;
LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;
LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;
LXVIII - conceder - se - á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
LXIX - conceder - se - á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus ou habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:
a) partido político com representação no Congresso Nacional;
b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
LXXI - conceder - se - á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
LXXII - conceder - se - á *habeas data :*
a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê - lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má - fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;
LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (Vide Lei nº 7.844, de 1989)
a) o registro civil de nascimento;
b) a certidão de óbito;
LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus e habeas data* , e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.(Regulamento)
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)(Vide ADIN 3392)
LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)
§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A INSERÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A construção histórica da enfermagem no SUS

A consolidação dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS) está diretamente relacionada ao processo de evolução das políticas públicas de saúde no Brasil e à luta histórica da categoria por reconhecimento profissional. Entender esse percurso é fundamental para compreender o papel atual dos profissionais de enfermagem no sistema e os desafios ainda existentes para sua plena valorização e inserção.

A enfermagem no Brasil sempre esteve presente nas ações de cuidado em saúde, mesmo antes da regulamentação formal da profissão. No entanto, foi com o movimento da Reforma Sanitária, durante a década de 1980, que a categoria passou a ganhar maior visibilidade e protagonismo dentro do sistema público de saúde. Esse movimento, impulsionado por profissionais da saúde, sanitaristas e segmentos da sociedade civil, teve como principal marco a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que lançou as bases para a criação do SUS.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde foi reconhecido como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo os princípios de universalidade, equidade e integralidade. A enfermagem foi incorporada nesse novo modelo como parte essencial da equipe multiprofissional, com funções ampliadas tanto na assistência quanto na gestão do cuidado.

A regulamentação formal da profissão de enfermagem é anterior ao SUS, tendo sido consolidada pela Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e define as atividades privativas dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Essa lei criou as bases legais para a atuação da categoria dentro do modelo de atenção à saúde que viria a ser implementado pelo SUS, especialmente por meio da criação de cargos, atribuições e responsabilidades bem definidas para os diversos níveis da profissão.

A Lei Orgânica da Saúde, formada pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, regulamentou o SUS e formalizou a estrutura de organização e financiamento dos serviços públicos de saúde. A enfermagem foi incluída nesse arcabouço normativo como força de trabalho essencial para a operacionalização das ações e serviços, sendo reconhecida como parte integrante das ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde.

Durante os anos 1990 e 2000, a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF) impulsionou ainda mais a presença da enfermagem no SUS, especialmente na Atenção Básica. Os enfermeiros passaram a exercer papel de liderança nas equipes de saúde, atuando na coordenação do cuidado, supervisão de agentes comunitários e desenvolvimento de ações educativas e de vigilância epidemiológica. Técnicos e auxiliares de enfermagem também ganharam protagonismo na execução de ações diretas junto à comunidade, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social.

Outro marco relevante foi a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em enfermagem, estabelecidas em 2001, que passaram a orientar a formação dos profissionais com base nos princípios e diretrizes do SUS. Isso consolidou o alinhamento entre formação e prática, fortalecendo a identidade da enfermagem como profissão comprometida com a saúde coletiva e com os direitos sociais.

Ao longo do tempo, também surgiram importantes avanços nas políticas de valorização da enfermagem, como os Programas de Educação Permanente em Saúde, a criação de núcleos de apoio à gestão do trabalho em saúde e a participação crescente dos Conselhos de Enfermagem (Cofen e Corens) nas discussões sobre a política nacional de saúde.

Em síntese, a história da enfermagem no SUS é marcada por um processo contínuo de inserção, fortalecimento e ampliação de atribuições, sempre em diálogo com os movimentos sociais, a legislação vigente e os princípios éticos que regem a prática em saúde. Esse processo histórico evidencia a centralidade da categoria na promoção do cuidado e na construção de um sistema de saúde mais justo e acessível à população brasileira.

O papel da enfermagem nos diferentes níveis de atenção do SUS

A atuação da enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS) abrange todos os seus níveis de atenção: Atenção Básica, Média Complexidade e Alta Complexidade. Essa presença transversal garante a continuidade do cuidado e a integralidade das ações de saúde, princípios fundamentais do SUS.

Os profissionais de enfermagem – enfermeiros, técnicos e auxiliares – desenvolvem funções que vão desde a prevenção de doenças até o cuidado intensivo em situações críticas, passando por atividades educativas, gerenciais e de articulação comunitária.

- **Na Atenção Básica: protagonismo e vínculo comunitário**

A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do SUS e tem como principal modelo de organização a Estratégia Saúde da Família (ESF). Nesse contexto, os enfermeiros assumem papel central, exercendo atividades assistenciais, educativas e de coordenação do cuidado.

Entre suas principais atribuições estão:

- Realização de consultas de enfermagem, acompanhamento de pacientes com condições crônicas e atenção à saúde da mulher, da criança e do idoso;
- Supervisão e capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
- Organização do processo de trabalho da equipe multiprofissional;

- Planejamento e execução de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças no território.

Os técnicos e auxiliares de enfermagem, por sua vez, atuam na coleta de dados, realização de procedimentos técnicos, aplicação de vacinas e apoio direto aos usuários nos serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS).

A atuação integrada desses profissionais fortalece o vínculo entre equipe e comunidade, ampliando o acesso e a resolutividade da atenção primária.

Na Média Complexidade: resolutividade e apoio diagnóstico-terapêutico

A Média Complexidade envolve serviços ambulatoriais especializados, centros de especialidades, policlínicas, exames diagnósticos e unidades de pronto atendimento (UPAs). Nesse nível, os profissionais de enfermagem exercem atividades mais técnicas e específicas, como:

- Apoio a consultas médicas especializadas;
- Realização e assistência em exames diagnósticos;
- Atuação em serviços de reabilitação física, mental e sensorial;
- Organização de fluxos e protocolos assistenciais em unidades de urgência e emergência.

Além disso, a enfermagem contribui para o planejamento do cuidado interdisciplinar, promovendo a continuidade entre os diferentes níveis de atenção e colaborando na construção de linhas de cuidado em áreas como saúde mental, saúde da mulher e doenças crônicas.

Na Alta Complexidade: cuidado intensivo e atuação técnica especializada

Os serviços de Alta Complexidade incluem hospitais gerais e especializados, unidades de terapia intensiva (UTIs), centros cirúrgicos, serviços oncológicos, hemodiálise, entre outros. Nesse nível, os profissionais de enfermagem enfrentam situações de alta gravidade e complexidade técnica.

O enfermeiro atua como gestor do cuidado hospitalar, com funções como:

- Planejamento e execução da assistência de enfermagem em ambientes de risco elevado;
- Coordenação de equipes e supervisão de processos assistenciais;
- Participação em comissões de ética, controle de infecção hospitalar e segurança do paciente;
- Implementação de protocolos clínicos e gerenciais.

Já os técnicos e auxiliares de enfermagem são fundamentais na execução dos cuidados diretos ao paciente, incluindo monitoramento de sinais vitais, administração de medicamentos, preparo de pacientes para procedimentos e apoio ao conforto e higiene.

O cuidado contínuo e a integralidade da atenção

Em todos os níveis, a enfermagem contribui para a efetivação do cuidado integral e centrado na pessoa. A presença constante desses profissionais junto aos usuários, aliada à sua formação técnica e à sensibilidade para as necessidades humanas, torna a enfermagem um elo essencial para a humanização dos serviços de saúde.

Além das atividades assistenciais, os profissionais de enfermagem participam de ações de educação em saúde, vigilância epidemiológica, gestão do serviço e construção de políticas públicas, o que amplia seu papel para além da clínica e reforça seu protagonismo no SUS.

O entendimento da atuação da enfermagem nos diferentes níveis de atenção é essencial não só para reconhecer sua importância, mas também para formular estratégias de qualificação, valorização e expansão desses serviços. Trata-se de uma categoria imprescindível para garantir o acesso, a qualidade e a continuidade do cuidado no sistema público de saúde brasileiro.

Organização do trabalho de enfermagem e a interdisciplinaridade no SUS

A organização do trabalho da enfermagem no SUS é um componente essencial para a efetividade das ações de saúde, pois integra diversos saberes, práticas e processos que garantem o cuidado contínuo e integral aos usuários. A complexidade da assistência prestada exige uma atuação coordenada e colaborativa, o que torna a interdisciplinaridade um dos pilares do trabalho em saúde.

Nesse contexto, a enfermagem assume uma posição estratégica, articulando a assistência direta ao paciente com a gestão dos processos e a integração entre os membros das equipes multiprofissionais.

O processo de trabalho em enfermagem

No SUS, o processo de trabalho em enfermagem é estruturado a partir de três dimensões fundamentais: assistencial, gerencial e educativa. Essas dimensões são exercidas de forma interdependente, sendo que:

- A dimensão assistencial compreende o cuidado direto ao paciente, com ênfase na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde;
- A dimensão gerencial envolve a organização do ambiente de trabalho, supervisão de equipes, gestão de insumos, planejamento de ações e avaliação de resultados;
- A dimensão educativa está presente tanto na educação em saúde voltada para a população quanto na formação permanente das equipes de saúde.

O enfermeiro, como profissional de nível superior, atua na coordenação dessas dimensões, sendo responsável pela elaboração do processo de enfermagem, pela liderança técnica e pela articulação com os demais profissionais. Já os técnicos e auxiliares de enfermagem executam atividades técnicas, operacionais e de apoio, sempre sob a supervisão do enfermeiro, conforme previsto na Lei nº 7.498/1986.

- **A equipe multiprofissional e a atuação interdisciplinar**

A interdisciplinaridade no SUS se concretiza na composição de equipes multiprofissionais que integram saberes de diferentes áreas, como medicina, odontologia, psicologia, serviço social, fisioterapia e enfermagem. Esse modelo visa à construção de um cuidado mais integral e centrado nas necessidades dos usuários, superando a fragmentação tradicional da atenção em saúde.

A enfermagem desempenha papel central nesse processo por diversas razões:

- Está presente em todos os pontos da rede de atenção à saúde;
- Possui uma atuação contínua junto ao paciente, o que proporciona uma visão ampliada de suas condições clínicas, sociais e emocionais;
- Tem formação voltada à integralidade do cuidado, com ênfase na promoção da saúde e na escuta qualificada;
- Atua como mediadora entre o usuário e os demais serviços, facilitando o acesso e o acompanhamento das ações de saúde.

Além disso, a enfermagem contribui significativamente para a implementação de linhas de cuidado, planos terapêuticos singulares e protocolos clínico-assistenciais, que demandam trabalho conjunto e decisões compartilhadas entre os diversos membros da equipe.

- **Organização do trabalho e divisão de tarefas**

A organização do trabalho de enfermagem deve ser pautada na divisão ética, técnica e legal das tarefas. Isso implica respeitar as atribuições específicas de cada categoria profissional, conforme previsto na legislação, mas também promover a colaboração e o diálogo constante entre os diferentes níveis hierárquicos da equipe de enfermagem.

A adoção de instrumentos como o processo de enfermagem, o planejamento participativo, os protocolos assistenciais e os planos de cuidado individualizado contribui para o fortalecimento da prática profissional, permitindo maior autonomia técnica e qualificação das decisões clínicas.

Por outro lado, a organização do trabalho ainda enfrenta desafios importantes, como:

- Ambientes laborais marcados por sobrecarga, estresse e insuficiência de recursos humanos;
- Ambiguidades na divisão do trabalho entre profissionais da mesma equipe;
- Falta de reconhecimento do papel técnico-científico da enfermagem por parte de gestores e demais profissionais;
- Necessidade de qualificação permanente das equipes.

- **A humanização e a gestão participativa**

O trabalho da enfermagem no SUS também se insere no marco das políticas de humanização do cuidado, como a Política Nacional de Humanização (PNH), que valoriza a escuta, o acolhimento e a construção coletiva dos processos de trabalho. Nesse sentido, a enfermagem não apenas executa técnicas, mas também participa da gestão participativa, do planejamento local de saúde e do desenvolvimento de estratégias de acolhimento e vínculo com os usuários.

Portanto, a organização do trabalho da enfermagem no SUS deve ser compreendida como um processo dinâmico, coletivo e voltado para a integralidade do cuidado. A interdisciplinaridade, longe de ser apenas um ideal, precisa ser cultivada por meio do reconhecimento mútuo entre os saberes, do respeito às competências e da construção de uma cultura institucional que valorize o trabalho em equipe e o protagonismo de todos os profissionais.

Desafios enfrentados pela enfermagem no SUS

Apesar da relevância histórica, técnica e social da enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS), a categoria enfrenta uma série de desafios que dificultam sua plena valorização e a eficácia de sua atuação.

Esses obstáculos decorrem de fatores estruturais, políticos, econômicos e culturais que ainda limitam o reconhecimento do papel estratégico da enfermagem como protagonista do cuidado em saúde.

- **Precarização das condições de trabalho**

Um dos principais entraves é a precarização das condições laborais, manifestada por:

- Contratos temporários ou terceirizados, com pouca estabilidade e baixa remuneração;
- Carga horária excessiva e acúmulo de vínculos empregatícios;
- Falta de estrutura física adequada, insumos e equipamentos básicos para a realização do trabalho com segurança;
- Ambientes de trabalho insalubres, com exposição constante a riscos biológicos, físicos e emocionais.

Essa precarização compromete não apenas a saúde física e mental dos profissionais, mas também a qualidade da assistência prestada à população.

- **Déficit de profissionais e sobrecarga de trabalho**

Outro desafio persistente é a insuficiência de profissionais de enfermagem nas unidades do SUS, o que resulta em:

- Equipes reduzidas para atender uma alta demanda de usuários;
- Sobreposição de turnos e realização de funções além das atribuições legais;
- Dificuldade na implementação de práticas como o processo de enfermagem, devido à escassez de tempo e recursos;
- Comprometimento da capacidade de acolhimento, escuta e acompanhamento longitudinal dos pacientes.

Esse déficit afeta diretamente a efetividade dos serviços, gerando desassistência e desvalorização do cuidado contínuo.

- **Falta de reconhecimento e valorização profissional**

Apesar de sua atuação essencial, a enfermagem ainda é pouco valorizada em comparação com outras profissões da saúde, o que se reflete em:

- Baixos salários e ausência de planos de carreira compatíveis com a complexidade das funções desempenhadas;
- Invisibilidade nas instâncias decisórias de gestão e formulação de políticas públicas;
- Estereótipos sociais que associam a enfermagem à subordinação ou à execução mecânica de tarefas.

A aprovação da Lei nº 14.434/2022, que estabelece o piso salarial nacional da enfermagem, foi um marco importante na luta por reconhecimento. No entanto, sua efetivação plena ainda encontra resistência em diversos entes federativos, especialmente quanto à sua regulamentação e financiamento.

- **Limitações de recursos e infraestrutura**

A crônica subfinanciamento do SUS afeta diretamente a capacidade de trabalho das equipes de enfermagem. Entre os principais impactos estão:

- Falta de medicamentos, materiais e equipamentos para o cuidado;
- Estrutura física inadequada para a realização de procedimentos e acolhimento humanizado;
- Dificuldades na informatização dos serviços, prejudicando o registro adequado das ações de enfermagem e o monitoramento da assistência.

Essas limitações reduzem a resolutividade dos serviços e frustram os profissionais que desejam exercer uma prática qualificada e ética.

- **Formação e educação permanente insuficientes**

Embora o número de cursos de graduação e formação técnica em enfermagem tenha crescido, ainda persistem fragilidades na qualidade da formação inicial e na oferta de programas de educação continuada. Entre os principais pontos críticos destacam-se:

- Falta de integração entre teoria e prática na formação profissional;
- Pouca oferta de cursos voltados às especificidades do SUS e das realidades locais;
- Dificuldade de acesso dos profissionais às ações de educação permanente, especialmente em regiões periféricas e rurais.

A qualificação contínua da enfermagem é essencial para a consolidação de um cuidado baseado em evidências, ético e comprometido com os princípios do SUS.

- **Desafios institucionais e político-sociais**

Por fim, os profissionais de enfermagem enfrentam desafios ligados ao contexto institucional e político, como:

- Participação limitada nos espaços de decisão e gestão do sistema de saúde;
- Enfrentamento ao assédio moral e à hierarquização excessiva nas relações de trabalho;
- Falta de políticas públicas efetivas para a valorização e proteção da saúde mental dos trabalhadores da enfermagem.

As entidades representativas, como o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), os Conselhos Regionais (Corens) e os sindicatos da categoria, desempenham papel fundamental na denúncia dessas condições e na formulação de propostas para a melhoria das condições de trabalho e da valorização profissional.

Em síntese, os desafios enfrentados pela enfermagem no SUS revelam a necessidade urgente de políticas estruturantes que reconheçam a centralidade da profissão no sistema de saúde.

É essencial superar as barreiras materiais, simbólicas e institucionais que ainda limitam a atuação desses profissionais, garantindo-lhes dignidade, condições adequadas de trabalho e participação ativa na construção de um SUS mais justo e eficiente.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A ética é um conjunto de normas de condutas inerentes a uma sociedade, e que nas sociedades modernas, a partir da reflexão filosófica, ética ou filosofia moral, o conjunto de normas é racionalizado, isto é, são explicitados os valores e razões da sua validade[1].

Para instituir valores ou critérios éticos para o estabelecimento de normas morais, podem ser utilizados diferentes fundamentos, em relação à reflexão moderna sobre a ética.

Uma empresa, enquanto instituição social, e, no nosso caso, numa sociedade pluralista e democrática, pode também adotar diferentes critérios para definir seus valores éticos e, consequentemente, as normas de conduta que deverão ser respeitadas pelos que nela trabalham. Sua identidade, ou sua imagem, no entanto, depende dos critérios que adota e pratica, o que a tornará confiável ou não no meio social.

O mesmo raciocínio pode ser adotado em relação às pessoas que formam uma empresa, pois elas, enquanto sujeito ético, isto é, enquanto capazes de compreender as normas necessárias para o bom ambiente de trabalho e, consequentemente, de assumir voluntariamente uma postura em relação a essa empresa na qual decidiram ou conseguiram trabalhar, também podem, a partir de sua consciência e liberdade, adotar uma postura que não seja condizente com o que delas se espera.

Postura profissional

A ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão. Ou seja, é a conduta que o indivíduo deve observar em sua atividade, no sentido de valorizar a profissão ou atividade laboral e bem servir aos que dela dependem.

Esse aspecto da vida profissional é tão importante que as profissões regulamentadas criam um código de ética profissional, ou seja, um conjunto de normas que deverá ser observado pelas pessoas que exercerem a profissão. O código prevê, inclusive, penalidades para a não observância das normas, que podem culminar com a cassação do direito de exercer a profissão.

Os códigos de ética profissional também são chamados de códigos deontológicos, palavra que deriva do grego *deon,* que significa o que deve ser feito. O código deontológico é o conjunto

1 http://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/guarapuava/eudcacao_profissional/etica_prof2.pdf